



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Campus III
Centro de Humanidades
Departamento de História
Licenciatura Plena em História

MANOEL ALEXANDRE DE SOUZA NETO

Linha de Pesquisa:
História, Ensino e Currículo

**A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ELABORAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)**

GUARABIRA – PB
2019

MANOEL ALEXANDRE DE SOUZA NETO

**A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ELABORAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)**

Artigo apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Simone da Silva Costa

**GUARABIRA – PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719c Souza Neto, Manoel Alexandre de.
A contribuição do trabalho pedagógico na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) [manuscrito] / Manoel Alexandre de Souza Neto. - 2019.
18 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Simone da Silva Costa ,
Coordenação do Curso de História - CH."
1. Projeto político pedagógico. 2. Trabalho pedagógico. 3. Gestão democrática. 4. Currículo. I. Título
21. ed. CDD 370.15

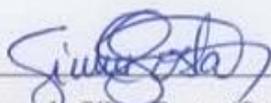
MANOEL ALEXANDRE DE SOUZA NETO

**A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP**

Artigo apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

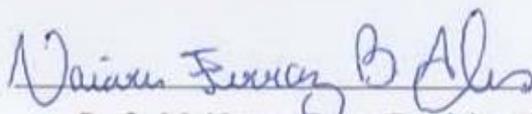
Aprovada em: 31/06/2019.

BANCA EXAMINADORA



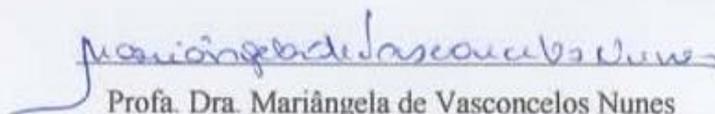
Profª. Dra. Simone da Silva Costa (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Ms Nayara Ferraz Bandeira Alves

Examinadora (UEPB)



Profª. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes

Examinadora (UEPB)

A Deus por ter me concebido a graça de ingressar e concluir o curso de licenciatura em História.

Aos meus pais, Maria das Neves Izidro e Luís Alexandre de Souza, que sempre lutou com muito esforço e dedicação para me proporcionar uma formação superior.

Dedico

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2.1 O Projeto Político Pedagógico no ambiente escolar | 8 |
| 2.2 A gestão democrática na elaboração do PPP | 8 |
| 2.3 A importância do trabalho pedagógico na elaboração do PPP | 10 |
| 2.4 A inter-relação entre o Currículo Escolar e o Projeto Político Pedagógico | 11 |
| 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 13 |
| REFERÊNCIAS | 13 |

A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Manoel Alexandre de Souza Neto¹

RESUMO

O presente texto traz como objetivo apresentar um estudo sobre a contribuição do trabalho pedagógico realizado nas escolas para a elaboração do PPP a partir de uma gestão democrática, objetivando a participação dos membros que compõem a instituição escolar, assim como a participação da comunidade a qual a escola encontra-se inserida e não apenas o cumprimento de uma exigência legal. O trabalho pedagógico é o trabalho dos professores em sala de aula, resultando em um trabalho de formação que implica a relação com outros sujeitos diante a sociedade. A partir do referencial teórico pode-se analisar que o processo de elaboração do PPP proporciona uma possibilidade de fortalecimento da formação intelectual do docente e uma resignificação das práticas vivenciadas no cotidiano escolar, tendo como alvo uma educação que visa qualidade e aproximação da realidade do aluno na educação básica. Constitui o referencial teórico analisado os seguintes autores: AGUIAR (2017), BARBA (2009), BARBOSA (2013), CAVAGNARI (1998), COSTA (2012), FONSECA (2002), FUENTES (2017), FREIRE (2017), GERHARDT (2009), GIL (2007), GIROUX (1999), GOMES (2007), LIBÂNEO (2002), LOPES (2010), LUCK (1998), MARANGON (2014), MOREIRA (2013), PARO (2016), PADILHA (2001), ROLKOUSKI (2017), SACRISTÁN (2000), SAVIANI (2000), SILVEIRA (2009), VASCONCELLOS (2006), VEIGA (1998), VEIGA NETO (2002), VIEIRA (2007).

Palavras chave: Projeto Político Pedagógico, trabalho pedagógico, gestão democrática, Currículo.

ABSTRACT

The objective of this study is to present a study about the contribution of pedagogical work carried out in schools to the elaboration of the PPP, based on a democratic management, aiming at the participation of the members that make up the school institution, as well as the participation of the community to which the school is inserted and not only the fulfillment of a legal requirement. The pedagogical work is the work of the teachers in the classroom, resulting in a work of formation that implies the relation with other subjects before the society. Based on the theoretical reference, it can be analyzed that the PPP elaboration process provides a possibility of strengthening the teacher's intellectual formation and a re-signification of the practices lived in the school daily, aiming at an education that aims at quality and approximation of the student's reality in basic education. It is the theoretical reference analyzed the following authors: AGUIAR (2017), AGUIAR (2017), BARBA (2009), BARBOSA (2013), CAVAGNARI (1998), COSTA (2012), FONSECA (2002), FUENTES (2017), FREIRE (2017), GERHARDT (2009), GIL (2007), GIROUX (1999), GOMES (2007), LIBÂNEO (2002), LOPES (2010), LUCK (1998), MARANGON (2014), MOREIRA (2013), PARO (2016), PADILHA (2001), ROLKOUSKI (2017), SACRISTÁN (2000), SAVIANI (2000), SILVEIRA (2009), VASCONCELLOS (2006), VEIGA (1998), VEIGA NETO (2002), VIEIRA (2007).

¹ Aluno de Graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
E-mail: manoelalexandre1988@gmail.com

Keywords: Political Pedagogical Project, pedagogical work, democratic management, Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um estudo bibliográfico correspondente à elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) nos estabelecimentos de ensino, haja vista a sua obrigatoriedade nas escolas a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. Em seu artigo 12 aponta que: “Os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (BRASIL, 1996). A citada resolução remete-se a ideia de que a escola deve refletir sobre sua intencionalidade educativa.

Segundo Veiga (1995), a principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho docente visando contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma qualitativa.

Nesse sentido, compreende-se que o PPP é uma ação praticada coletivamente por todos que compõem e participam do ambiente escolar, como educadores, pais, alunos e funcionários. Contudo, é importante ressaltar o papel social dos professores na sua elaboração, o qual é pensado, organizado e desenvolvido como um fator direcionado a qualidade do ensino que formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país, pois é um documento que servirá de base para todo o trabalho realizado nas escolas.

O trabalho pedagógico também compreende as relações entre sujeitos, professor e aluno, assim como todos os membros da instituição de ensino, enfatizando o ponto de vista de como estes sujeitos agem no mundo, possibilitando possíveis transformações, enriquecendo sua formação cidadã. O PPP é um documento norteador, pois “é definido como um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade” (Veiga, 1995, p. 13).

Deste modo, o PPP institui as relações entre a escola e a comunidade, considerando as especificidades de cada instituição. Entretanto, sua sistematização não é definitiva, exigindo um planejamento participativo que se aperfeiçoa constantemente. O Projeto Político Pedagógico da escola é uma reflexão de seu cotidiano, o que pressupõe continuidades de ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório (VEIGA, 2006, apud BARBOSA, 2013).

Portanto, fica claro que o PPP é fundamental, uma vez que possibilita a consolidação de uma gestão democrática ao estimular a participação coletiva, incentivando a escola a avaliar o seu próprio trabalho.

Sendo assim, o PPP não é apenas um documento de obrigatoriedade legal, mas uma ação que tende reunir todos os envolvidos na educação escolar para que encontrem subsídios favoráveis a prática pedagógica, refletindo as práticas educacionais atuais e repensando-as para possíveis melhorias futuras.

2.1 O Projeto Político Pedagógico no ambiente escolar

Segundo Lopes (2010), o Projeto Político Pedagógico se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão, uma vez que toda escola tem objetivos que deseja alcançar e metas a cumprir. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida a este projeto, acarretando a definição e identidade da escola, como também indica caminhos para ensinar com qualidade.

Para tanto, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento de trabalho que abrange uma construção coletiva de conhecimento que orienta a instituição escolar a alcançar um resultado de ensino e aprendizagem de qualidade, por meio de boas estratégias e práticas educacionais eficientes direcionadas a este processo, como também acarreta a reflexão sobre a realidade em que a escola está inserida.

Para Padilha (2001) a presença de um planejamento educacional no cotidiano das escolas, visando essencialmente o Projeto Político Pedagógico, exercita a capacidade de tomar decisões coletivamente. Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta que reflete a proposta educacional da escola, pois é através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, em que as responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos e desta forma alcançar os resultados educacionais planejados.

2.2 A gestão democrática na elaboração do PPP

De acordo com Costa et al (2012), a construção do Projeto Político Pedagógico surge da necessidade de organização do trabalho escolar como um projeto totalizante em contraposição a fragmentação educativa, tornando a escola uma instituição organizada pedagógica e politicamente, coerente com as propostas estabelecidas por todos os envolvidos.

Nesta condição, a administração escolar representa um processo de inter-relação entre todos os membros que compõem o ambiente escolar, desde diretor, professores, alunos, funcionários da escola, pais e toda a comunidade, poderão contribuir no processo de ensino aprendizagem. Para tanto, conforme Luck (1998), a gestão educacional:

Corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometidos com os princípios e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de resultados). (LUCK, 1998, p. 35-36).

Diante disso, concordando com Marangon (2014), a gestão educacional se configura em uma área extremamente importante para a educação, já que por meio dela se averigua a instituição de ensino e as adequa sobre as demandas da educação em nível global, por meio de um olhar democrático.

Nesse sentido, segundo BARBA et al. (2009, p. 129), se entende a gestão democrática na escola pública

Como um instrumento metodológico que a escola vem realizando com toda a equipe gestora e comunidade escolar de forma participativa e objetiva com a finalidade de construir um processo democrático dinâmico e contínuo de esforço e coletividade visando à autonomia de todos os integrantes da Instituição escolar. Percebe-se que por intermédio da participação ocorre uma participação na aplicabilidade dos recursos financeiros, a execução e avaliação das ações pedagógicas, contribuindo para melhoria do ensino aprendizagem dos discentes.

Para tanto, de acordo com Paro (2016), não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade. O diretor deve ter conhecimentos técnicos e princípios de conhecimentos de como gerir a administração de uma escola, seus recursos e métodos eficazes.

Em relação ao papel educativo do trabalho da gestão, SAVIANI (2000, p.208) diz que

Ao diretor cabe, então, o papel de garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola... em termos típico-ideais, ele deveria ser o educador por excelência dado que, no âmbito da unidade escolar, lhe compete a responsabilidade máxima em relação à preservação do caráter educativo da instituição escolar. Esta é, em verdade, a condição precípua para que ele administre a escola mediante formas (atividades-meios) saturadas de conteúdo (atividades-fins).

Seguindo este raciocínio, fazendo uso das palavras de Vieira (2007),

A política educacional está para a gestão educacional como a proposta pedagógica está para a gestão escolar. Assim, é lícito afirmar que a gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro. Ambas articulam-se mutuamente, dada que a primeira justifica-se a partir da segunda. Noutras palavras, a razão de existir da gestão educacional é a escola e o trabalho que nela se realiza. A gestão escolar, por sua vez, orienta-se para assegurar aquilo que é próprio de sua finalidade – promover o ensino e a aprendizagem, viabilizando a educação como um direito de todos, conforme determina a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases (VIEIRA, 2007, p. 63).

Nesse contexto, fica claro que o sistema de ensino deve ser regido através das normas de uma gestão democrática que envolve todos os membros do ambiente escolar em suas tomadas de decisões direcionadas ao seu processo de formação de cidadãos, e com isso se remete a garantia da participação dos profissionais da educação e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Quanto a este processo de formação é cabível e crucial a inserção do Projeto Político Pedagógico, pois é um instrumento norteador para a realização desse processo, pois é nele que serão registradas as formas de como por em prática a realização do ensino que será desenvolvido ou que se pretende desenvolver nas escolas, uma vez que foi planejado por todos os responsáveis por esse papel de instruir a formação cidadã.

Pode ser observada também a determinação de que o referido sistema deve assegurar, de acordo com a LDB de 1996 em seu Art. 15, às suas unidades escolares

progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, determinações que expressaram modos idealizados para que se viabilizasse o princípio da gestão democrática da educação básica.

Dentre os regulamentos que determinam as incumbências da elaboração do PPP, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1996, onde deixa explícito:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996).

Para Veiga (1998),

O Projeto Pedagógico ao se constituir em processo participativo de decisões preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, rompendo com a rotina do mundo pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 1998, p. 13).

Assim sendo, a gestão escolar democrática e as políticas educacionais para a normatização do PPP estão inter-relacionadas, onde se encontram perceptíveis na elaboração e execução da proposta deste documento, cujo qual é visto como atribuição primordial da instituição de ensino, devendo sua gestão se designar para seu propósito, pois com essa proposta se definirá os rumos que a escola deverá tomar para que alcance os seus objetivos estabelecidos.

2.3 A importância do trabalho pedagógico na elaboração do PPP

De acordo com Fuentes e Ferreira (2017), o trabalho pedagógico é o trabalho dos professores. É uma produção que implica a relação com outros sujeitos. Assim exposto, conserva o caráter ontológico, mas o sentido de pedagógico pode ainda ficar minimizado, pois este se potencializa quando está em conexão com um projeto pedagógico, ou seja, quando compõe um projeto efetivo pelo qual o sujeito age em relação ao mundo, transformando-o e transformando-se. Caso seja diferente, esse trabalho reduz-se ao nível da prática pedagógica.

Partindo dessa concepção, o trabalho pedagógico deve ser entendido em sua perspectiva educativa, como uma possibilidade de formação de consciência, de socialização e ampliação de conhecimentos, de aperfeiçoamento do indivíduo a sociedade através da relação dos embasamentos históricos sociais com o trabalho realizado para a formação do cidadão.

Nesse sentido, Fuentes e Ferreira (2017) aponta que o trabalho pedagógico é o critério que define e caracteriza o trabalho quanto aos seus aspectos intencionais direcionados a produção do conhecimento do indivíduo.

Dentro deste contexto, toda a prática pedagógica produzida no ambiente escolar e sua correlação com a comunidade revelam o significado da escola e suas

metodologias, entretanto não é algo acabado, uma vez que se encontra em constante evolução e pode ser modificado e retomado de acordo com as necessidades da escola.

É partindo deste pressuposto que se pode compreender a importância do trabalho pedagógico na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), pois ambos se inter-relacionam, uma vez que para a elaboração do projeto é necessário um viés que possibilite o que se pretende alcançar, ou seja, o PPP é elaborado para um bom desenvolvimento e possíveis melhorias no trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas.

Dessa forma busca-se coletivamente identificar as pretensões existentes com relação ao papel da escola no processo do desenvolvimento do aluno. Em sua elaboração é dever da escola se mobilizar, levantando questões relacionadas ao trabalho pedagógico e as necessidades da instituição de ensino.

2.4 A inter-relação entre o Currículo Escolar e o Projeto Político Pedagógico

O currículo escolar é o conjunto de saberes produzido na escola, o qual reflete todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionados aos educandos.

“Reflete intenções (objetivos) e ações (conhecimentos, procedimentos, valores, formas de gestão, de avaliação etc.), tornadas realidade pelo trabalho dos professores e sob determinadas condições providas pela organização escolar, tendo em vista a melhor qualidade do processo de ensino e aprendizagem” (LIBÂNEO, 2002, p. 33).

De acordo com Libâneo (2002, p. 32), o currículo define-se como projeção do projeto pedagógico, ou seja, o currículo é um desdobramento necessário do projeto pedagógico, materializando intenções e propósitos em objetivos e conteúdos.

Diante disso, segundo LIBÂNEO (2002, p.33),

a proposta curricular é a orientação prática da ação de acordo com um plano mais amplo, é um nível do planejamento entre o projeto pedagógico e a ação prática. Enquanto projeção do projeto pedagógico, o currículo explicita o que ensinar, o para que ensinar e o como ensinar, com base em decisões pedagógicas e didáticas.

Para tanto, essa materialização do currículo pode ser exposta por meio do currículo prescrito e do currículo real.

O currículo prescrito, segundo Sacristàn (2000), trata-se de um currículo em que se estabelece previamente como deve ser seu conteúdo, sua organização, principalmente na escolaridade obrigatória. Faz parte de todo sistema de ensino e servem como um balizador para a elaboração de materiais, controle de sistemas, organização didática, etc. Já o currículo real, segundo Ferraço (2006), se apresenta como sendo as práticas cotidianas vivenciadas no âmbito escolar.

Para tanto, segundo Veiga Neto (2002), currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar.

Diante disso, a prática do professor deve ser voltada para a incorporação das experiências do aluno aos conteúdos que fazem parte do currículo. “Trabalhar com os alunos procurando explicitar as contradições sociais em que todos nós vivemos é um

importante aspecto da prática pedagógica crítica” (SIMON, 1987 apud MOREIRA e SILVA, 2013, p.136). Pois, segundo Aguiar (2017), “as teorias do currículo tentam atender as necessidades atuais do mundo e sua globalização, valendo salientar que o mesmo será igualmente substituído e/ou adaptados à realidade de cada sociedade dentro do seu momento histórico vivenciado, segundo as verdades culturais e sociais”. Portanto, é uma prática que está em constante renovação, repensando seus conceitos e focando na possibilidade de uma escolarização política cultural diversificada.

Quanto a isto, Gomes (2007, p.13), enfatiza que reconhecer e respeitar a diversidade indaga concepções generalistas de conhecimento, de cultura, de saberes e valores, de processos de formação, socialização e aprendizagens.

É diante a estas características que se pode perceber a inter-relação que existe entre o Currículo e o Projeto Político Pedagógico, uma vez que ambos estão direcionados para a consolidação de um bom desenvolvimento do ensino oferecido nas instituições escolares, pois estes documentos proporcionam um planejar de ações educacionais que garantem uma formação crítica de qualidade.

Quanto a isto, Giroux e Simon indagam como deve ser a postura do professor diante de sua prática voltada a uma pedagogia crítica. Enfatizam que:

Os professores precisam encontrar meios de criar espaço para um mútuo engajamento das diferenças vividas, que não exija o silenciamento de uma multiplicidade de vozes por um único discurso dominante; ao mesmo tempo, devem desenvolver formas de pedagogia ancoradas em uma sólida ética que denuncie o racismo, o sexismo e a exploração de classes como ideologias e práticas sociais que convulsionam e desvalorizam a vida pública. Essa é uma pedagogia que rejeita a falta de posicionamento e não silencia em nome de seu próprio fervor ou correção ideológica. Uma pedagogia crítica examina cuidadosamente e por meio do diálogo as vias pelas quais as injustiças sociais contaminam os discursos e as experiências que compõem a vida cotidiana e as subjetividades dos alunos que neles investem (GIROUX e SIMON, 1999, p. 106).

Para tanto, seguindo o currículo, a prática do professor deve ser voltada para a incorporação das experiências do aluno aos conteúdos que fazem parte do currículo possibilitando uma escolarização política cultural diversificada. “Trabalhar com os alunos procurando explicitar as contradições sociais em que todos nós vivemos é um importante aspecto da prática pedagógica crítica” (SIMON, 1987 apud MOREIRA e SILVA, 2013, p.136).

Uma vez que, segundo Gomes (2006):

O currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdos. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1995, p.194) o conhecimento, a cultura e o currículo são produzidos no contexto das relações sociais e de poder. O currículo pode ser considerado uma atividade produtiva e possui um aspecto político que pode ser visto em dois sentidos: em suas ações (aquilo que fazemos) e em seus efeitos (o que ele nos faz). (GOMES, 2007, p. 23).

Quanto a isto, pode ser utilizado como uma reflexão sobre as finalidades da escola no momento em que constrói seu Projeto Político Pedagógico, cujo qual é visto, de acordo com Vasconcellos (2006, p. 17-18) como:

o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade.

Quanto a esta definição pode-se concluir que é necessário que cada instituição de ensino construa o seu Projeto Político Pedagógico e o execute, pois deve ser um instrumento favorável ao trabalho educacional, baseado aos critérios determinados no Currículo, com o propósito de proporcionar uma formação de qualidade que prepare os discentes para a convivência perante a sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, observa-se a importância do Projeto Político Pedagógico – PPP e do Currículo como instrumentos norteadores das atividades desenvolvidas nas instituições de ensino, onde a importância de sua construção coletiva é resultante de uma gestão democrática, cuja qual possibilita um planejamento das atividades escolares de forma participativa, com o intuito de proporcionar um atendimento adequado da escola frente à comunidade na qual está inserida, buscando cumprir sua função social, ou seja, formar cidadãos aptos a serem agentes de transformação social.

Pode ser entendido que o PPP e o Currículo, em conformidade, são os planos que norteiam a escola na busca do cumprimento dos seus objetivos por meio do trabalho pedagógico, sendo eles flexíveis diante das necessidades de adaptação surgidas no cotidiano escolar e precisam ser construídos e reconstruídos sempre que necessário.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco de Paula Melo. **O Currículo e a Prática Docente**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 02, Vol. 01. pp. 508-526, Abril de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/o-curriculo-e-a-pratica-docente>>. No dia 17 de abril de 2019 às 22h.

BARBA, Clarides Henrich de; LIMA, Alaíde Saraiva de; NÓBREGA, Ana Maria da; BELARMINO, Eliane Maciel Souza. **Gestão democrática e autonomia financeira na escola pública: avanços e retrocessos**. In **Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Maria Lília Imbiriba Sousa; Colares Juracy Machado Pacífico; George Queiroga Estrela (Organizadores). Curitiba: Editora CRV, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livro-unir-2009&Itemid=30192>. No dia 20 de junho de 2019 às 09h30min.

BARBOSA, Samara Wanderley Xavier. **Projeto Político Pedagógico como espaço discursivo na prática social da escola**. Campina Grande: EDUEPB, 2013. 104p.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CAVAGNARI, Luiza Borsato. **Projeto Político-Pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; Resende, Lúcia Maria Gonçalves de (Orgs). **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

COSTA, Ana Paula Martins; COSTA, Aline Carla da Silva; RODRIGUES, Ana Claudia. **Gestão educacional: reflexão sobre o processo de construção do projeto político-pedagógico**. IV FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia. Campina Grande – PB, Realize editora, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/5cbdfd0dfa22a3fca7266376887f549b.pdf>. No dia 16 de abril de 2019 às 20h.

FERRAÇO, C. E. **Possibilidades para entender o currículo escolar**. Pátio FEV/ABR 2006. p. 9-11.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUENTES, Rodrigo Cardozo; FERREIRA, Liliana Soares. **Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 722-737, jul./set. 2017. <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2017v35n3p722/pdf>. No dia 17 de abril de 2019 às 00h17min.

FREIRE, Zenis Bezerra; MELO, Josandra Araújo Barreto de; SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **Currículo, do Prescrito ao Real: A Flexibilização Curricular a Partir do Cotidiano dos Educandos**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.1, p. 113-122 ISSN: 2236-4994 DOI: 10.5902/2236499419364.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. **Aspectos teóricos e conceituais**. In Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. No dia 15 de abril de 2019 às 23h00min.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. **Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular**. In Antonio F. B. Moreira e Tomaz T. da Silva (orgs). **Currículo, sociedade e cultura**. São Paulo: Cortez, 1999: p. 93-124.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo : diversidade e currículo**. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

LDB - Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. No dia 16 de abril de 2019 às 22h.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: velhos e novos temas**. Edição do Autor, Maio de 2002. 134 p.

LOPES, Noêmia. **O que é o projeto político pedagógico (PPP)**. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>
Publicado em GESTÃO ESCOLAR Edição 11, 01 de Dezembro, 2010.

LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MARANGON, Cristiane. **Administração versus gestão escolar: o intercruzamento conceitual**. Universidade Federal de Santa Maria. Tio Hugo – RS, 2014. Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11712/Marangon_Cristiane.pdf?sequence=1. No dia 16 de abril de 2019 às 21h.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto políticopedagógico da escola**. São Paulo, SP: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001 – (Guia da escola cidadã, v.7).

ROLKOUSKI, Emerson; FELICIANO, Michelle Tais Faria. **Entre o currículo prescrito e o currículo em ação: como professoras do 3º ano justificam as diferenças em sua prática docente?** Publicado nos anais do XII ENEM. Canoas, Acta Scientiae, v.19, n.6, nov./dez. 2017. P. 870-888.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto alegre: Artmed, 2000. 344p.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea).

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. No dia 15 de abril de 2019 às 23h40min.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2006 – (Subsídios Pedagógicos do Libertad, v. 3).

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 24ª Edição, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, Papirus, 1998.

VEIGA NETO, Alfredo. **De Geometrias, Currículo e Diferenças** IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças. 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e gestão da educação básica**: revisitando conceitos simples. In RBPAAE – v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr., 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu adorado e supremo Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui, segurando a minha mão, me guiando e sendo meu melhor companheiro nas alegrias e tristezas.

Aos meus pais, Luís Alexandre de Souza (Lulinha) e Maria das Neves Izidro pelo amor, pela base, e por estarem sempre comigo me apoiando. A minha irmã Emmanuelle Alexandre de Souza, por seu imenso carinho e paciência nas horas em que me ajudava na realização de meus trabalhos. A minha noiva Tatiane de Sousa Pompeu, pelo carinho e companheirismo.

Agradeço a minha orientadora, professora Simone por suas orientações, debates e discussões ao longo do meu trabalho de conclusão de curso.

Por fim, quero agradecer a todos os professores e colegas da turma 2014.2 que, de alguma forma, contribuíram para minha formação e por ter feito parte da minha vida nos últimos anos. Confesso que sentirei saudades.

Obrigado!